

# **A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARÁ: UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES A PARTIR DOS DADOS DO DATALUTA**

Bruna Gonçalves Costa<sup>1</sup>, Elisemberg Teixeira Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Bruna Gonçalves Costa, Universidade Federal do Pará/ Campus Ananindeua, Geografia Agrária, brunagcgeografia@gmail.com

<sup>2</sup>Elisemberg Teixeira Oliveira, Universidade Federal do Pará/ Campus Ananindeua, Geografia Agrária, elisembergoliveira@gmail.com

*Artigo recebido em 30/04/2020 e aceito em 11/05/2020*

---

## **RESUMO**

Este trabalho teve por objetivo realizar uma análise acerca dos movimentos socioterritoriais e a luta camponesa no Brasil e no Pará, a fim de se estabelecer uma contribuição teórica a partir de uma perspectiva geográfica sobre os movimentos que lutam por território. Em vista disso, além do levantamento bibliográfico temos como um dos principais suportes de análise o DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela terra.

**Palavras-chave:** Movimentos Socioterritoriais; Luta pela terra; Luta camponesa; Conflitos territoriais.

## **RESUMEN**

Este trabajo tuvo como objetivo realizar un análisis sobre los movimientos socio-territoriales y la lucha campesina en Brasil y Pará, con el fin de establecer una contribución teórica desde una perspectiva geográfica sobre los movimientos que luchan por el territorio. En vista de esto, además de la encuesta bibliográfica que tenemos como uno de los principales análisis, se apoya el DATALUTA - Base de Datos de la Lucha por la tierra.

**Palabras clave:** Movimientos Socioterritoriales; Lucha por la tierra; Lucha campesina; Conflictos territoriales.

## **INTRODUÇÃO**

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são dois conceitos que vêm se fundamentando e ganhando força teoricamente cada vez mais na Geografia, pois se fez necessária uma perspectiva no qual o espaço e o territórios ganhassem uma visibilidade para além de serem considerados apenas palcos onde acontecem as relações sociais. Segundo a CPT – Comissão Pastoral da Terra, o Brasil é um dos países do mundo com a maior concentração de terras, o que conseqüentemente leva à uma forte atuação dos movimentos socioterritoriais que lutam pela terra.

Ademais, a luta das pessoas envolvidas na questão agrária brasileira ganha força no decorrer das oscilações de estatísticas dos conflitos territoriais (que podem ser armados ou não), pois a resistência se faz imprescindível para quem diverge do nosso cenário político-econômico-hegemônico, para quem busca a distribuição de terras (Reforma Agrária) e meios de produzir e se manter a qualidade de vida nelas. Assim, os camponeses brasileiros traçam

uma batalha contra hegemônica cotidianamente e que precisa de visibilidade positiva perante a massa popular da sociedade na luta de classes.

Com isso, assim como a sociologia, a geografia deve dialogar junto dos movimentos e por sua vez, auxiliar no entendimento e construção teórica dos conflitos que envolvem os movimentos socioterritoriais, ou seja, aqueles que lutam por um território. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo de fazer um levantamento teórico e debater e analisar dados fornecidos pelo DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra de conflitos e atuação dos movimentos socioterritoriais (com ênfase na luta pela terra) no Brasil e no Pará.

## **CONSTRUÇÃO TEÓRICA E ANÁLISE DE DADOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL E NO PARÁ**

Os movimentos socioterritoriais são grandes protagonistas de ações coletivas que buscam atuar nos processos de mudanças e transformações sociais e que têm como principal objetivo a luta por um território. Estes se fazem presentes com grande atuação no Brasil por ser considerado um dos países com maior concentração de terra do mundo, o que acarreta grandes conflitos (que podem ser armados ou não), destacando-se entre camponeses e latifundiários.

Além disso, os movimentos socioterritoriais se destacam também como atores políticos que travam uma batalha contra hegemônica como mostra Sobreiro Filho, 2016:

[...] no contexto dos movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros que realizam lutas contra-hegemônicas, caracteriza-se como sinônimo de desenvolvimento territorial, ou seja, configurando um modelo de desenvolvimento pela conflitualidade como única opção para alcançar sua produção e reprodução socioterritorial em detrimento da perspectiva dicotômica que se embasa em uma separação “essencial” transvestida de “desenvolvimento” que nada mais significa que não os interesses ideológicos das relações hegemônicas. (SOBREIRO FILHO, 2016, p.82)

A luta pela terra no Brasil vem oscilando nos dados de conflitos de luta e desenvolvimento territorial desde o século XIX e se agravou em 1964, período da ditadura militar, na qual a era de chumbo se engajou à extinguir diversos assentamentos, pois não era interessante ao Governo da “ordem” e do “progresso” que os movimentos de luta contra hegemônica tivessem visibilidade perante a grande massa popular brasileira. Com isso, percebemos atualmente as sequelas sociais deixadas pela ditadura, que é uma concepção pejorativa de muitos dos movimentos socioterritoriais por grande parte da sociedade.

Dessa forma, a resistência se fez e se faz necessária pelos militantes, em especial os camponeses, que lutam por algo que vai além de um espaço delimitado para morar: o que está em jogo é uma questão identitária camponesa. Entretanto, para os leigos do modo de vida camponês, a questão identitária não é considerada relevante, pois a cultura do capital é que prevalece. Assim, percebemos no decorrer da história do Brasil diversos camponeses perdendo suas terras para o agronegócio, resistindo ideologicamente e fisicamente ao sistema político-econômico que nos é imposto, ao capitalismo.

Por conseguinte, daremos ênfase ao Estado do Pará, que por ser Amazônia e ser possuidor de uma grande extensão territorial também se faz um dos maiores possuidores de concentração de terras no país. Em vista disso, percebemos a forte atuação dos movimentos socioterritoriais entre 1988 e 2016, como mostra a Tabela 1:

<b>SIGLA</b>	<b>NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
<b>ASPARMAB</b>	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá	Marabá
<b>AST</b>	Associação de Sem Terra	São Félix do Xingu
<b>ATR</b>	Associação de Trabalhadores Rurais	Anapu, Conceição do Araguaia
<b>ATUVA</b>	Associação de Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	Irituia
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Abel Figueiredo, Alenquer, Altamira, Aurora do Pará, baião, Bannach, Belém, Belterra, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Capitão Poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Irituia, Itaituba, Itupiranga, Marabá, Moju, Ourilândia do Norte, Pacajá, Parauapebas, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, São João do Araguaia, Tomé-Açu, Tucuruí, Uruará, Xinguara
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra	Alenquer, Rondon do Pará, São Félix do Xingu

<b>FETRAF</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Benevides, Castanhal, Concórdia do Pará, Cumarú do Norte, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Moju, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Piçarra, Rondon do Pará, Santa Isabel do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Tailândia, Terra Alta, Xinguara
<b>LCP</b>	Liga dos Camponeses Pobres	Conceição do Araguaia, Redenção, Salvaterra, Santa Maria das Barreiras, Xinguara
<b>MCNT</b>	Movimento Conquistando Nossa Terra	Portel
<b>MLST</b>	Movimento de Libertação dos Sem Terra	Curionópolis
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores	Salvaterra
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Abel Figueiredo, Acará, Aurora do Pará, Baião, Belém, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Capitão Poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Igarapé-Açu, Irituí, Mãe do Rio, Marabá, Parauapebas, Piçarra, Placas, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Santa Maria das Barreiras, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Terra Alta, Tucumã, Tucuruí, Xinguara
<b>OI</b>	Organização Independente	Anapu, Goianésia do Pará, Marabá
<b>OTC</b>	Organização dos Trabalhadores no Campo	Placas, São Félix do Xingu

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2016.  
Organização: Elisemberg Teixeira Oliveira (2018)

## MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NO PARÁ

Após o fim do período de ditadura militar (1964 a 1985), tivemos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que está em vigor até os dias atuais. Em comparação com a constituição anterior tivemos algumas modificações. Entre essas, houve bastante relevância com relação a luta pela terra, pois “foi na instauração da democracia e a facilitação das

ocupações de terras e desapropriações que começam a crescer.” (SOBREIRO FILHO, 2011, P. 12).

Podemos perceber esse crescimento de ocupações no Estado do Pará no gráfico 1. Porém, mesmo com a ideia de uma constituição mais “democrática”, a União Democrática Ruralistas (UDR), criada em 1985, teve mantido seus interesses e se utilizando de políticas públicas para o crescimento dos grandes produtores rurais.

A partir do ano de 1989 em que ocorreu as eleições presidenciais até 1995, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o número de ocupações passa por período de variações ao longo dos anos que se transcorreu, mas já mostrando um crescimento dos movimentos camponeses no estado, e que estavam querendo ser ouvidas pelos governantes e mostrar que as lutas pela posse da terra era uma prova que estavam engajados para que fosse realizado políticas voltadas para a reforma agrária e melhoria da condição de vida da população no campo.

Durante o período presidencial de Fernando Collor, que foi eleito em 1989 é tomou posse em 1990, tivemos a implantação do Plano Collor, em que houve a abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras. Assim, com a abertura do mercado brasileiro, os latifundiários ganharam apoio para o seu crescimento, além do estabelecimento de medidas neoliberais que contribuíram para a luta pela terra.

O comprometimento do governo para as políticas de reforma agrária foram se esvaindo, isso deve-se com o fechamento do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário. No entanto, no Pará, o posicionamento que o governo estava tomando, teve um efeito contrário em comparação com a média nacional, em que temos o crescimento tanto no número de ocupações de terra como no número de famílias em ocupações em 735 (ver gráfico 1) dos anos de 1989 a 1991.

Esse crescimento deve-se a forma como os movimentos de luta pela terra estavam se organizando, principalmente após o 2º Encontro Nacional do MST, realizados nos dias 8 e 10 de maio de 1990, com o lema de luta “Ocupar, Resistir e Produzir”, teve forte contribuição de que a reforma agrária só seria alcançada através das ocupações.

Em 1992, com acusações de corrupção ocorreu o Impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, sendo assumido pelo seu vice-presidente Itamar Franco. Em virtude dessa mudança

no cenário político, temos uma diminuição no número de ocupações, que voltou a crescer somente no primeiro ano de mandato de Itamar Franco.

No ano de 1994, FHC foi eleito presidente do Brasil tendo um forte apoio popular, e que na luta pela terra ficou marcado “devido ao aumento da resistência em negociar com os movimentos sociais e a intensificação da criminalização e repressão.” (SOBREIRO FILHO, 2011, P.16), isso foi uma forma de fazer com que os movimentos fossem enfraquecidos. Em contrapartida o capital, ganhava mais apoio do governo principalmente com o agronegócio.

A luta pela terra no Pará deve um dos momentos mais brutais de sua história, que ocorreu no dia 17 de abril de 1996 durante a marcha por emprego e reforma agrária em Eldorado dos Carajás, que terminou com a morte de 19 sem-terras. Isso, a mando do governador Almir Gabriel e de fazendeiros, em que a polícia militar ágil contra militantes que bloqueavam uma das pistas da BR-155.

O caso teve forte repercussão nacional e internacional, fazendo o presidente FHC se posicionar sobre os problemas que vinham ocorrendo no campo. Tendo como ponto positivo a recriação do Ministério da Reforma Agrária que foi extinto no governo Collor.

Como uma resposta ao massacre de Eldorados do Carajás, foi o ano em que teve um crescimento vertiginoso no número de ocupações no estado e na participação de famílias nas ocupações, que quando comparado com o ano em que teve maior participação de famílias que foi em 1994, temos a participação de mais de 3.600 famílias.

Mesmo com as políticas de isolamento dos movimentos camponeses, o número de ocupações ao longo dos anos de 1997 teve um decréscimo, porém, se mantendo elevado tendo como ponto importante a marcha em protesto ao governo de FHC e em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás.

Em 1998, teve o crescimento no número de ocupações e de famílias em ocupações. Isso deve-se principalmente por ser um ano eleitoral, em que FHC tentava sua reeleição e como uma resposta as políticas de distanciamento que fazia dos trabalhadores do campo. Com a sua reeleição víamos que o diálogo entre ambos estava inviável. Isso reflete no número de ocupações no ano seguinte, em que temos o maior número de ocupações registrado até o ano de 1999. Foram 50 ocupações em todo o estado e a participação de 7182 famílias em ocupações.

Isso se deve a diversos fatores, entre eles destaca-se: o modo como os movimentos camponeses viam o governo, que tentavam prejudicarem, além de não tomar nem uma atitude com relação a reforma agrária.

Com a crescente no número de ocupações e de lutas pela terra, o governo tomou uma medida para minimizar os conflitos e proteger as propriedades privadas. Sendo uma das medidas a criminalização das ocupações de terra, tendo como consequência a diminuição nas ocupações e das famílias em ocupações.

Com o governo sabendo que a luta pela terra era de fundamental importância para que ocorresse a reforma agrária. Sendo assim, em 2001, foi aprovado uma medida provisória 2109-52, em que criminalizava as ocupações de terra. Sendo uma forma de conter as ocupações, no estado do Pará, ocorreu o oposto. Temos o crescimento do número de ocupações e principalmente, como forma de resistência, o crescimento do número de famílias em ocupações.

Mas, a partir de 2002 pode-se notar a redução como consequência da medida provisória, com a diminuição das ocupações e despensa no número das famílias comparado com o ano anterior.

Contudo, estávamos passando por mais um processo eleitoral. E os movimentos camponeses tiveram forte importância para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Com o seu histórico de contribuição popular, Lula trazia a esperança de benefícios para os trabalhadores tanto do campo como urbano. Como a sua eleição, houve uma mudança na política brasileira e consigo a expectativa no avanço no processo de reforma agrária.

No seu primeiro ano de governo, o número de ocupações teve uma leve diminuição comparado com o ano anterior, porém, com a esperança na realização da reforma agrária, tivemos a volta do crescimento das famílias em ocupações (ver gráfico 2), isso deve-se, as promessas no crescimento de assentamentos e financiamentos para a agricultura familiar/camponesa.

Como forma de contribuir para entender as problemáticas da questão agrária, uma equipe organizada e Plínio de Arruda Sampaio apresentou para o governo Lula uma proposta de II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, porém esse plano era um risco para os interesses do capital e por isso foi rejeitado. Sendo meses depois sancionado pelo presidente Lula II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária elaborado pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário que para maior parte dos movimentos camponeses foi considerado moderada, pois não alvejava a estrutura do problema.

As ocupações no Estado em sua grande maioria estavam localizadas em duas regiões Sudeste, tendo grande destaque para os municípios de Marabá e Parauapebas (ver prancha 1), que tem um histórico de luta pela terra e teve sua intensificação a partir da chegada do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, por volta dos anos 80. Em é uma região com muitos conflitos por terra, em decorrência do avanço do capital pela Amazônia paraense, principalmente no sul e sudeste do Estado, com a produção da soja e gado.

Na Região Metropolitana de Belém (RMB), desde 1998 vemos as primeiras ocupações de terra perto a capital paraense, sendo realizado na Fazenda Bacuri, no Município de Castanhal. No ano de 2003, tivemos a ocupação de terra na capital, com a participação de 20 famílias coordenadas pelo MST, ocuparam as terras do ex-deputado estadual Paulo Fonteles. Essas ocupações perto da cidade e uma forma de pressionar o governo como forma de garantir o direito de acesso à terra e fazer reforma agrária.

Os movimentos do campo estavam desaprovando o governo Lula, devido as contradições: a reforma agrária que não se concretizou, pelo contrário, teve o incentivo do agronegócio na economia nacional, etc. o que estávamos analisando uma mudança de postura trazia os movimentos para perto, porém, aplicava medidas neoliberais.

No ano de 2005, tivemos o maior número de ocupações no Estado muito em decorrência de mais uma tragédia no campo. Nesse ano, ocorreu o assassinato da missionária norte- americana Dorothy Stang, no município de Anapu, a mando do fazendeiro Vitalmiro Moura. Irmã Dorothy, como era conhecida, era defensora da reforma agrária além de manter o contato de liderança de movimento, foram os motivos que levaram ao seu assassinato.

Teve como resposta a mais essa tragédia o crescimento de ocupações de terra no estado e do número de famílias em ocupações, em especial para as regiões sul e sudeste. Além também, como forma de acrescenta para esse crescimento, as medidas que o governo vinha tomando com a não realização de reformas agrária.

Em 2006, temos mais um ano eleitoral e o presidente Lula vem para a sua reeleição apresentando novas medidas populares, como em 2004, a criação do Bolsa Família. Já para os trabalhadores do campo, o sonho de uma reforma agrária parece cada dia mais distante. Com a sua reeleição, o diálogo permanece o mesmo, em que apresenta medidas que minimizem as lutas pelo campo e incentiva o agronegócio no País.

Fazendo uma recapitulação do primeiro mandato do Presidente Lula, os movimentos camponeses viam nele uma esperança, na mudança do cenário político, por ter alguém que seja mais perto dos movimentos, porém, na prática temos uma política de contradições, com medidas cautelares que prejudicaram os trabalhadores do campo.

Durante o primeiro ano do segundo mandato, o número de ocupações permaneceu constante com o ano anterior, com o crescimento do número de famílias em ocupações. Tendo em 2008 a diminuição de ocupações e famílias em ocupações. No ano de 2009, voltamos a ter o crescimento acentuado de ocupações de terra no estado e de famílias em ocupações, muito em virtude, em ser o ano anterior as eleições. Presidente Lula não poderia se reeleger, sendo uma forma de pressionar o próximo presidente com relação a realização da reforma agrária e em resposta a morte principalmente de liderança de movimentos.

Em 2010, por ser ano de eleição, mesmo com desconfiança, por Lula não ter cumprido por completo as promessas que fez, os movimentos camponeses deram maior apoio a Dilma Rousseff candidata do Partido dos Trabalhadores -PT, podendo ser a primeira mulher a ser presidente do Brasil, com propostas e medidas de melhorias para os trabalhadores do campo. Em virtude desse processo eleitoral, o número de ocupações pelo estado despencou para sete ocupações, quantidade essa que foi atingido pela última vez em 1995.

Além, desses outros fatores contribuíram para essa diminuição, tais como: a criação do Bolsa Família, a disseminação dos movimentos, com novas formas de fazerem lutas pelo campo, a propagando do governo que o agronegócio e a salvação da economia do País, a criminalização e perseguição política, etc. Esses foram alguns dos fatores que marcaram os dois mandatos do Presidente Lula, de contraste, pois um candidato que apresentava propostas de aproximação com os movimentos sociais, dos trabalhadores, de combater a desigualdade, de reforma agrária, em seus dois mandatos criou 2.854 assentamentos e assentou 276.384. Já durante o governo de FHC foram criados 3.947 assentamentos e assentou 394.287 famílias. Vemos assim, que o governo com propostas populista, pouco fez pelos movimentos camponeses.

No primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, temos um crescimento no número de ocupações, porém, ocorreu uma redução no número de famílias em ocupações, assim como durante o governo Lula, alguns fatores contribuíram a para a diminuição da diminuição de famílias. Entre eles os assassinatos de lideranças, como o que ocorreu no município de Nova Ipixuna, no qual um casal de extrativistas foram assassinados a mando do fazendeiro José

Rodrigues Moreira. O casal, a muito tempo estavam recebendo ameaças de morte, mas foram negligenciados, ocasionando mais uma tragédia dos conflitos por terra no Estado.

O número de ocupações de terra durante o período de 2012 a 2014, sofreram poucas alterações estando comparado com a quantidade de ocupações durante o governo de FHC, assim como o número de famílias em ocupações. Quando comparamos os mapas na prancheta 1, vê-se que as ocupações estão, em sua maioria, localizadas no sudeste e sul do Estado, no qual, o município de Marabá apresenta grande parte das ocupações.

Em 2014, Dilma Rousseff se candidatou para reeleição, com a diminuição do apoio dos movimentos camponeses, pois não tiveram avanços nas políticas de reforma agrária, pelo contrário, teve-se o incentivo do crescimento do agronegócio. No estado, esse foi o ano em que se teve a menor número de ocupações, mas por outro lado teve-se o crescimento no número de famílias em ocupações durante os governos do PT. Durante 2015, o número de famílias em ocupações foi o menor desde 1993, comparado com o ano anterior teve um crescimento nas ocupações de terra.

Em 2016, em virtude de uma manobra política, a presidente Dilma Rousseff que foi eleita de forma democrática, foi impeachment e passou a ser administrado por um governo golpista neoliberal, em que fez um grande investimento no agronegócio, principalmente com a produção de soja e gado, sendo, a esperança de reforma agrária, torne-se um sonho incansável. No estado, essa produção agroindustrial vem se expandindo principalmente pelas regiões sul e sudeste, sendo a região onde ocorre o crescimento de assassinatos de lideranças (ver prancha 2 e 3) em que a partir, das informações levantadas, pode-se fazer a criação de um perfil das pessoas que são mortas na Amazônia paraense. O perfil das pessoas mortas está na faixa de 30 a 69 anos, sendo em sua maioria do sexo masculino, porém, há um crescimento nos números de mulheres assassinadas.

Analisando a prancha de ocupação no quarto mapa, vemos que as ocupações são pequenos pontos nos municípios do Estado, sendo que o maior número de ocupações está nos municípios de Canaã dos Carajás. Ocorreu a diminuição drástica das ocupações, elas foram reprimidas nas formas jurídica e militar, e como consequência permaneceram como no ano anterior. Porém, como forma de resistência ao governo golpista tivemos o crescimento do número de famílias em ocupações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das nossas análises sobre os movimentos socioterritoriais e a luta camponesa no Brasil e no Pará, percebemos a importância da atuação das militâncias, das lideranças, dos camponeses. A resistência se faz imprescindível numa sociedade que se encontra tão vulnerável política e economicamente ao capital, ao neoliberalismo. Dessa forma, contactamos a rede de complexos em que se encontram os camponeses, os quais historicamente dão o sangue pela terra.

Em vista disso, buscamos contribuir teoricamente com os movimentos socioterritoriais, a fim de se estabelecer um diálogo entre estes e a ciência geográfica, e assim, que ambos se auxiliem na luta contra hegemônica travada em nosso país. Sejam resistência juntos, porque a questão identitária e a dignidade de muitos são mais valiosos que o capital de poucos.

## REFERÊNCIAS

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Ed. Univ. Rural, 1997. 160 p. CPT. Quem somos. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/quem-somos/13-noticias/geral/1430-brasil-e-pais-que-mais-concentra-terras-no-mundo>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

DATALUTA. **Rede DATALUTA**. Disponível em: <[www2.ftc.unesp.br/nera/boletim.php#](http://www2.ftc.unesp.br/nera/boletim.php#)>. Acesso em: Ago. 2018

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

SOBREIRO FILHO, J. **Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra**. 2011

\_\_\_\_\_, **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016. 423 p.